

Lupa e Telescópio: o mutirão em foco – São Paulo, anos 90 e atualidade

Maria Ruth Amaral de Sampaio

Arquiteta, professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP, Rua do Lago, 876, CEP 05508-900, São Paulo, SP (11) 30914553, e-mail: mradamp@usp.br.

Quando Caio Santo Amore de Carvalho*, em 2000, procurou-me para orientá-lo em sua dissertação de mestrado, que teria como tema a construção de moradias em regime de mutirão com autogestão, achei que ele havia escolhido um assunto que teria facilidade e empenho em desenvolver, pois durante alguns anos ele havia se dedicado a isso, com o afincamento que o caracteriza, participando ativamente dos trabalhos da acessória técnica Peabiru. Ao mesmo tempo, previ que o olhar que ele teria para o tema seria necessariamente crítico, pois essa é uma característica de Caio que já havia me chamado atenção em seus trabalhos anteriores. No mergulho que ele deu em seu objeto estava implícita a crítica, pois criticar o que faz e no que está envolvido, revela sua exigência consigo mesmo.

Apesar da proximidade com o objeto, ele não pretendeu que o trabalho apresentado fosse apenas um memorial das experiências pelas quais passou ou um histórico da Peabiru; através de um recorte temporal, privilegiou os anos 90 (a partir da segunda metade) e atualidade, época em que os mutirões do programa municipal de São Paulo são retomados, sofisticam-se as lutas pela moradia e os movimentos se institucionalizam, através de uma capacitação das lideranças que se credenciam para as lutas em nível federal e para articulações de âmbito nacional.

Caio ressalta que, enquanto alguns autores, ao analisar esse período, apontam que os movimentos passam por uma "crise", devido em um distanciamento em relação às bases, outros ressaltam a conquista de outros canais de participação, que conferem maior visibilidade para os movimentos que passam a atuar em nível nacional. Essa tendência de institucionalização das lutas tem como

conseqüência – no tripé constitutivo dos movimentos: assessoria, liderança e base – um crescimento em importância da figura das assessorias, constituídas como organizações não governamentais, muito embora sobrevivam dos recursos públicos.

Quanto às entidades de assessoria aos mutirões, Caio as analisa sob um ponto de vista específico no universo das ONGs, denominando-as "ONGs pés de barro" e caracterizando uma crise de identidade, no momento em que, ao mesmo tempo, o programa se sofisticava em termos institucionais e se encolhe em relação à quantidade de unidades habitacionais produzidas – com resultados que são sentidos entre as assessorias e as bases dos movimentos, sujeitos de forma direta à inconstância das políticas públicas. Permanece, contudo, o "mito da participação" e, particularmente, do "projeto participativo" – embora se saiba que as próprias condições materiais, custos, programas arquitetônicos, já são bastante determinadas e que não há como se prescindir da competência técnica para a elaboração dos projetos, ainda mais nas restritas condições impostas à habitação social.

Entre as críticas discutidas na dissertação, destaca-se a questão do sobretrabalho, há tempos levantada por Francisco de Oliveira para os casos de autoconstrução e apontada por Caio como potencializada no mutirão: desde a "participação por ofício", quase obrigatória, nas reuniões e plenárias, para contar pontos no mutirão, até a atual palavra de ordem "Menos Mutirão e Mais Autogestão" – em que se pretende uma qualificação do trabalho, que é, no entanto, mantido invisibilizado como trabalho gratuito.

* Lupa e Telescópio: o mutirão em foco – São Paulo, anos 90 e atualidade é o título da dissertação de mestrado desenvolvida por Caio Santo Amore de Carvalho na FAU-USP. Caio Santo Amore de Carvalho é arquiteto e urbanista, professor do Centro Universitário de Araras Dr Edmundo Ulson e responsável técnico e coordenador financeiro da Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais.

Analisando de maneira preliminar a composição dos custos, Caio mostra, sob outro ângulo, como o trabalho do mutirante é menosprezado: o “desconto” que a empresa privada dá na licitação, no caso do mutirão acontece retirando itens de serviço em relação à mão-de-obra, sob a alegação de que o mutirante faz. E, como aponta Caio, Até o sobretrabalho justifica-se com a autogestão: primeiro porque o mutirante, além de assentar tijolo, ainda tem que gerir o empreendimento; depois porque acaba também atingindo os técnicos, que tem cargas excessivas de trabalho, sem remuneração ou com ajudas de custo irrisórias.

As excelentes entrevistas realizadas, que procuram desvendar alguns mitos envolvidos no processo de construção por mutirão, constituem testemunhos eloqüentes das condições de sofrimento, do cansaço e do desgaste, por que passam os mutirantes; uma entrevistada comparou o mutirão a uma escravidão, e sua opinião é taxativa: “do meu ponto de vista não deveria ter mutirão mais, tinha que tudo ser construído por construtoras”.

Francisco de Oliveira, membro da Comissão Julgadora, durante sua arguição, ressaltou que o mutirão repousa sobre uma variável que não se leva em conta, que não está nos cálculos – o tempo. Só essa variável, o tempo, já tornaria o mutirão muito mais caro do que qualquer outra coisa. Nesse sentido, o mutirão trabalha na contra-mão do aumento da produtividade do trabalho: “O mutirão trabalha contra essa tendência, o que ele faz é uma combinação de trabalho de baixíssima produtividade com uma variável de tempo que é incontrolável”. Oliveira apontou também que pesquisas feitas pela Professora Cibele Rizek, também membro da banca, mostravam que os mutirantes eram, numa porcentagem bastante alta, desempregados e, quando ocupados, em uma porcentagem mais alta ainda, tinham ocupação informal. Por isso é possível

usar o trabalho aparentemente gratuito. Nas palavras de Oliveira, “o mutirão é virtuoso porque é excepcional. Ora, não se pode pensar em política habitacional repousando sobre esses pés que tornam o trabalho invisível”. E a coesão, cantada como vantagem dos processos de mutirão em relação a processos convencionais de construção civil, desaparece ao final das obras, demonstrando que se trata mais de instrumento de coerção do que de solidariedade. Comentando o trabalho de Caio, a Professora Cibele Rizek observa que ele, ao pesquisar os mutirões o faz em todas suas dimensões, transitando do micro ao macro, questionando-se e questionando sua prática.

No capítulo final, mirando seu objeto através do telescópio, Caio retoma alguns pontos analisados, entre os quais os limites do projeto participativo, lembrando que os “desejos” do mutirante sobre sua casa, considerando-se o abismo de informações e as restrições do repertório, não conseguem se sobrepor às condições e normas técnicas e aos limites do financiamento para a habitação popular, tornando a participação bastante restrita. Em sua análise, as soluções tecnológicas também são prejudicadas pela conexão com a atrasada indústria da construção civil. A tendência que Caio observa na “terceira geração” dos mutirões é a criação de banco de projetos padrões, que seriam escolhidos e repetidos sob a justificativa da agilidade. Apesar do repúdio dos arquitetos por essa padronização, que já mostrou seus efeitos danosos na política adotada pelo BNH, Caio considera premente encontrar soluções para a produção em massa, que resultem em habitações padronizadas, mas não homogêneas.

A Comissão Julgadora, em seu parecer sobre a dissertação, “destacou a excelência do trabalho pelo seu caráter corajoso e reflexivo, pela qualidade da análise teórica, sugerindo sua publicação”.